

PODER / Mensagem de Lula ao Congresso deve conter lista de projetos prioritários para aprovação no primeiro semestre, antes da eleição

Planalto promete entregas em 2026

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviará ao Congresso Nacional, amanhã, a mensagem de abertura dos trabalhos legislativos com um recado central: 2026 será o “ano da entrega” de políticas públicas construídas após um período de “reconstrução”. O documento deve listar projetos considerados prioritários pelo Palácio do Planalto para aprovação ainda no primeiro semestre, tanto na Câmara quanto no Senado.

A estratégia surge após um 2025 marcado por turbulências na relação entre Executivo e Legislativo. Um dos episódios recentes foi a troca de críticas entre a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre o uso de emendas parlamentares. Tebet afirmou que o Congresso teria feito um “sequestro” de R\$ 61 bilhões do Orçamento, enquanto Motta respondeu que a alocação de recursos é uma prerrogativa constitucional do Parlamento.

Apesar do atrito, o Planalto tem sinalizado disposição para manter o diálogo. No último sábado, Lula reuniu Motta e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em um churrasco na Granja do Torto, em gesto de aproximação entre os Poderes.

Escala 6x1

Entre as principais apostas do governo está a aprovação do fim da escala 6x1. Atualmente, dois textos tramitam no Congresso. A proposta de emenda à Constituição apresentada pela deputada Erika Hilton (PSol-SP) prevê jornada semanal de 36 horas em escala 4x3 — quatro dias de trabalho e três de descanso. Já o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) reduz a carga para 40 horas semanais e consolida a escala 5x2.

Embora a proposta de Hilton tenha maior apelo popular, o texto de Paim já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e pode seguir para votação em plenário. O governo avalia enviar uma nova proposta que unifique as duas iniciativas para acelerar a tramitação.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que, após medidas como a correção do salário mínimo com ganho real, a geração de empregos e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, “está na hora de cuidar da qualidade de vida do povo brasileiro”. Segundo ela, a redução da jornada tem a “simpatia” de Hugo Motta e

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Sinal de aproximação: Lula reuniu Motta e Alcolumbre em um churrasco na Granja do Torto

» “Evolução satisfatória” após cirurgia

Um dia após passar por cirurgia de catarata no olho esquerdo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou boa evolução no pós-operatório, segundo nota divulgada ontem. A avaliação médica foi realizada em Brasília, durante exame de rotina do primeiro dia após o procedimento. De acordo com o comunicado, Lula realizou, “na clínica Mirar Oftalmologia, em Brasília, avaliação de rotina do primeiro dia de pós-operatório da cirurgia de catarata, apresentando evolução satisfatória, com exame oftalmológico dentro do esperado para o período”. Ainda segundo a nota, “o presidente retornará às atividades habituais na segunda-feira”. A operação foi realizada na sexta-feira, no CBV Hospital de Olhos, unidade especializada da capital federal. Considerado de baixa complexidade, o procedimento ocorreu sem intercorrências e o petista recebeu alta hospitalar no mesmo dia.

também é defendida pelos ministros Guilherme Boulos e Luiz Marinho.

Na Secretaria-Geral da Presidência, a avaliação é de que o caminho mais viável seria aprovar inicialmente a escala 5x2 para substituir o modelo atual.

Trabalho por aplicativos

Outro ponto central da agenda é a regulamentação do trabalho de motoristas e entregadores por aplicativo. O projeto de lei complementa a categoria de “trabalhador autônomo por plataforma”, garantindo direitos sem vínculo com a CLT para motoristas de moto.

O texto prevê remuneração mínima por hora trabalhada, contribuição obrigatória ao INSS — de 7,5% para o trabalhador e 20% para a empresa —, auxílio-maternidade, transparência nos algoritmos e liberdade para atuar em múltiplas plataformas.

Um grupo de trabalho formado por ministérios como a Secretaria-Geral da Presidência, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento,

Indústria, Comércio e Serviços terá até a próxima semana para apresentar propostas voltadas à melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, cobrou produtividade do Congresso e afirmou esperar que o projeto seja pautado. “Temos pouco tempo nesse ano. O que o presidente Hugo Motta se comprometeu foi de pautar o PL dos aplicativos. Então é um compromisso dele”, declarou.

Segurança pública

Sob pressão da oposição, o governo também tenta avançar em propostas na área de segurança pública. Uma delas é a PEC da Segurança Pública, que busca criar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), ampliando o poder de coordenação da União sobre as polícias. O objetivo, segundo o ex-ministro Ricardo Lewandowski, é dar mais precisão às políticas e fortalecer o combate ao crime organizado.

A proposta enfrenta resistência de governadores e parlamentares oposicionistas, que veem risco de “centralização” e interferência federal na gestão das polícias estaduais. Após reunião com o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, Hugo Motta afirmou que o texto já vem sendo debatido entre os líderes e que a intenção é tratar da votação após o Carnaval. O relator, deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), deve apresentar um substitutivo nas duas primeiras semanas de fevereiro.

Outro projeto relacionado ao tema é o chamado PL Antifacção, que cria o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado. A matéria voltou para análise da Câmara depois de ser aprovada pelo Senado com alterações.

Sob pressão

Para o CEO da Casa Política, Márcio Coimbra, 2026 tende a ser um “ano curto” no Congresso. Com a reabertura dos trabalhos em 2 de fevereiro e as eleições gerais no horizonte, o Parlamento costuma operar em ritmo intenso apenas até junho. “O primeiro semestre será uma ‘panela de pressão’ com temas que misturam urgência fiscal e apelo popular”, avalia.

Segundo Coimbra, o governo tenta retomar protagonismo na segurança pública para neutralizar a oposição, ao mesmo tempo em que precisa equilibrar as contas e entregar medidas de impacto eleitoral, como a isenção do IR até R\$ 5 mil. Ele também cita a regulação da inteligência artificial, o aumento da tributação sobre apostas on-line e fintechs e a revisão de gastos diante da pressão sobre o arcabouço fiscal.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Congresso reabre com oposição em clima de “esquenta” pré-carnavalesco

Ainda que o calendário político comece formalmente situado no período pré-carnavalesco — tradicionalmente marcado por decisões empurradas para depois da Quarta-Feira de Cinzas —, o Congresso Nacional reabre os trabalhos sob forte tensão. A oposição chega organizada, com múltiplas frentes de ataque, enquanto o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia 2026 com uma agenda positiva mais restrita e claramente defensiva, num ambiente já contaminado pelo horizonte eleitoral. A máxima atribuída ao folclórico Neném Prancha, “quem está com a bola ataca; quem não está defende-se”, ajuda a sintetizar o momento: a iniciativa está majoritariamente nas mãos da oposição.

A sessão solene desta segunda-feira, que inaugura a quarta e última sessão legislativa da 57ª Legislatura, cumpre o rito constitucional, mas não altera o ambiente. A mensagem presidencial ao Congresso, lida em sessão conjunta sob a presidência de Davi Alcolumbre, terá impacto político limitado diante das pautas negativas para o governo. A troca pública de farpas entre a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, expôs de forma cristalina o desgaste da relação entre Executivo e Legislativo.

Ao acusar o Congresso de “sequestrar” parte do Orçamento por meio das emendas parlamentares, Tebet tocou num nervo sensível do sistema político atual: a hipertrofia do poder orçamentário do Parlamento. A resposta imediata de Motta, rechaçando a acusação e defendendo as emendas como instrumento de representação federativa, foi mais do que uma reação retórica. Funcionou como um aviso de que o Congresso não aceitará ser responsabilizado pelos limites fiscais do governo, sobretudo em ano eleitoral.

Com cerca de R\$ 62 bilhões previstos para emendas no Orçamento de 2026 — sendo aproximadamente R\$ 50 bilhões sob controle direto do Parlamento —, o Orçamento consolidou-se como o principal instrumento de poder político na relação entre os Poderes. O Executivo depende do Congresso para governar; o Congresso depende do Orçamento para se blindar eleitoralmente e evitar um novo tsunami eleitoral. O resultado é uma relação muito tensa.

No centro da ofensiva oposicionista está o escândalo do Banco Master, que se transforma no principal eixo da agenda negativa do semestre. A liquidação da instituição pelo Banco Central e as investigações conduzidas pela Polícia Federal abriram uma frente de desgaste com potencial para atravessar todo o primeiro semestre. A CPMI do INSS, que ouvirá o banqueiro Daniel Vercaro e outros envolvidos, tornou-se o palco privilegiado dessa disputa. A oposição trabalha para associar o caso a uma suposta rede de proteção política e jurídica e tensiona diretamente a relação com o Supremo e o Palácio do Planalto.

Nesse contexto, a tentativa de convocar familiares de ministros do Supremo Tribunal Federal, embora criticada por governistas como provocação política, revela uma estratégia clara: deslocar o debate do campo técnico para o terreno político-institucional, explorando a sensibilidade da opinião pública quanto à relação entre o Judiciário, o poder econômico e política. O governo tenta conter os danos e argumenta que a liquidação do banco demonstra disposição para enfrentar fraudes no sistema financeiro, mas sabe que o caso Master tem potencial para produzir desgaste contínuo, especialmente se novas revelações surgirem ao longo das investigações e envolverem ministros do Palácio do Planalto.

Economia do afeto

Outra frente delicada é a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública, que cria o Sistema Único de Segurança Pública. Embora apresentada como uma iniciativa de coordenação federativa no combate ao crime organizado, a PEC será palco de intensa disputa. Para o Planalto, trata-se de uma resposta institucional a um problema real e crescente. Para setores da oposição, há o risco de concentração excessiva de poder na União e de ingerência sobre as polícias estaduais. A necessidade de ajustes no texto, já sinalizada pelo relator, indica que o governo terá de negociar ponto a ponto para evitar uma derrota política ou a total descaracterização da proposta.

Paralelamente, o Senado inicia o ano com uma extensa pauta de sabatinas e indicações para tribunais superiores, agências reguladoras e conselhos de controle. Em ano eleitoral, essas indicações ganham peso político adicional. Cada nome aprovado — ou travado — converte-se em moeda de negociação entre governo e oposição. Trata-se de um poder silencioso, mas decisivo, que condiciona a governabilidade e amplia o custo político de cada movimento do Executivo. Entre todos os cargos a serem apreciados, o que mais se destaca é a vaga do ex-ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF), para a qual o presidente Lula indicou o advogado-geral da União, Jorge Messias.

Nesse cenário, o governo aposta em propostas de forte apelo social, numa estratégia baseada na “economia do afeto”, a essência do lulismo, como diria o historiador Alberto Aggio. A ampliação do Vale Gás, por meio do Programa Gás do Povo, e a defesa do fim da jornada de trabalho na escala 6x1 são exemplos dessa tentativa de recuperar a iniciativa política por meio de pautas capazes de dialogar diretamente com o eleitorado, com alto potencial simbólico, mas cuja aprovação depende mesmo é do Congresso.

VOLTA DO STF

Doença deixa Fux de fora da primeira sessão

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux foi diagnosticado com pneumonia dupla causada pelo vírus influenza. Ele comunicou ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin, que ficará afastado das atividades presenciais na próxima semana enquanto se recupera. O diagnóstico foi confirmado na sexta-feira.

Com quadro de saúde considerado estável, Fux iniciou tratamento em casa e seguirá em acompanhamento médico. Devido à natureza transmissível do vírus, o ministro optou por não comparecer à cerimônia de reabertura do Ano Judiciário amanhã, que marca o início das atividades plenárias do Supremo.

Em declaração enviada à presidência do STF, Fux informou que acompanhará os trabalhos da Corte de forma remota. A participação virtual inclui as sessões programadas para a próxima semana,

conforme determinação para manter a continuidade dos trabalhos judiciais sem riscos à saúde dos demais membros.

A ausência presencial do ministro ocorre em um momento simbólico, já que a cerimônia de reabertura reúne representantes dos Três Poderes e destaca os desafios institucionais para o ano. A expectativa é que Fux retome gradualmente a rotina presencial assim que estiver liberado pelos médicos.

Estão confirmadas para a cerimônia as presenças do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (MDB-PB), entre outras autoridades.

Desafios

A pauta do STF para os primeiros meses após o recesso contém julgamentos sobre nomeação de parentes para cargos públicos, participação de

Evaristo Sá/AFP



Ministro informou que acompanhará os trabalhos de forma remota

crianças e adolescentes em paradas LGBTQIAPN+ e suposto monitoramento de jornalistas e parlamentares durante o governo Bolsonaro.

Apesar da sessão solene de retomada dos trabalhos nesta segunda-feira, a primeira sessão de

julgamentos do Supremo ocorre na quarta-feira. O início do ano no Supremo começa em meio a expectativas sobre como o presidente da Corte deverá se pronunciar sobre o código de ética que ele defende instituir e sobre o caso do Banco Master.